

8 Economia - Brasil

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO
PresidenteWILSON FIGUEIREDO
Vice-Presidente

REDAÇÃO

MARCELO PONTES
EditorPAULO TOTTI
Editor ExecutivoMARCELO BERABA
Editor ExecutivoORIVALDO PERIN
Secretário de Redação

SISTEMA JB

SERGIO REGO MONTEIRO
Vice-PresidenteJORNAL DO BRASIL
HENRIQUE CABAN
Diretor Executivo

União Sagrada

Os brasileiros caíram na real. Sobre tudo os políticos, que nunca ligaram para as adversidades da equipe econômica quanto à necessidade de o Congresso aprovar as reformas, para que o ajuste fiscal dê mais consistência à estabilização, dependente do câmbio amarrado e dos juros altos. A derrubada globalizada das bolsas e suas conseqüências sobre os mercados financeiros provaram que o risco era grande.

Dez dias depois da crise instalada, graças às energéticas e oportunas providências da equipe econômica se verificou que a situação brasileira não é desesperadora nem assustadora. Mas é grave e pede novas medidas. Comparada aos erros táticos da Tailândia e da Malásia, que precipitaram a derrocada das economias dos tigres asiáticos, a defesa do Plano Real, numa situação de crise planetária, foi eficiente. Mas é preciso reconhecer que a perda de reservas foi grande – entre US\$ 8,5 bilhões e US\$ 9,2 bilhões – e que as seqüelas continuam, porque o mercado de crédito internacional ficou virtualmente paralisado.

Não dá para fingir que tudo continua como antes: a conjuntura mudou e o país precisa se ajustar rapidamente. O momento não permite erros ou a prática do velho jogo político da oposição, que aposta no “quanto pior melhor”. A crise das bolsas provou: todos perdem; uns mais, outro menos. A hora não é de política partidária, mas de união nacional para superar as dificuldades, abreviando o impacto sobre o crediário das classes C, D e E, o comércio e a indústria.

Nesses tempos de globalização *on line* dos mercados, não bastam medidas pontuais e dolorosas do Banco Central, como a elevação das taxas de juros, para atrair de volta os capitais fugidios. O Brasil, que antes da crise já era olhado com desconfiança por demorar a fazer a reforma fiscal e exibir o maior déficit em conta corrente depois dos Estados Unidos,

com US\$ 35 bilhões este ano, precisa dar demonstração inequívoca de que vai atacar para valer a questão fiscal.

As taxas de juros não podem continuar eternamente nas alturas, porque asfixiariam o setor privado e se voltariam contra o próprio governo, realimentando o déficit público. O corte nas despesas do governo se faz necessário como sinal e contrapartida à possível elevação dos custos financeiros da dívida pública, na hipótese de o atual nível das taxas de juros perdurar por mais de dois meses.

Com as reformas o Brasil ficará outro – mais sólido para enfrentar novas crises externas. Uma base fiscal consistente substitui com enorme vantagem a âncora cambial, que compromete a balança comercial. A âncora monetária pode afundar a economia pela recessão e o desemprego. É, sobretudo, o desenho de um Estado mais eficiente e menos oneroso para a sociedade que sinaliza redução substancial do custo Brasil e torna a economia mais competitiva.

O Brasil precisa renovar este mês pouco mais de US\$ 3 bilhões em operações de empréstimos, emissões de bônus, *commercial papers* e certificados de depósito. Bancos privados e grandes empresas necessitam renovar US\$ 1,4 bilhão, segundo levantamentos da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid). Desse total, US\$ 407 milhões vencem segunda-feira. A parcela a ser renovada pelo Tesouro, bancos oficiais e estatais é ainda maior.

A aprovação das reformas, especialmente a da Previdência, que impediria a aposentadoria com menos de 50 anos, e a administrativa, que facilitaria o ajuste das finanças de estados e municípios, produziria impacto fiscal no segundo trimestre de 98. Os efeitos psicológicos, no entanto, seriam imediatos, facilitando a travessia na crise no fim de ano. A hora é de pensar menos na eleição e mais no Brasil. O Brasil precisa de uma união sagrada.